

ESP-PENIT. DE MARILIA

## Edital 2/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	380125-ESP-PENIT. DE MARILIA	JEFFERSON LUCAS DE SOUZA	19/06/2026 11:52 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00248868/2026-77

### PREÂMBULO

### PREGÃO ELETRÔNICO

*90009/2026*

### CONTRATANTE (UASG)

*380125*

### OBJETO

Aquisição de Materiais para Refeitório, Copa, Cozinha, Limpeza, Embalagem, e Outros Mat. de Consumo.

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

*R\$ 334.160,07* (trezentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta reais e sete centavos).

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

*Dia 03/07/2026 às 08h* (horário de Brasília)

### Critério de Julgamento:

*MENOR PREÇO*

### Modo de disputa:

*ABERTO*

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SUMÁRIO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000X/2026

Sumário

1. DO OBJETO..... 3

2. DO REGISTRO DE PREÇOS ..... 3

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....3

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....5

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... 6

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES... 7

7. DA FASE DE JULGAMENTO..... 8

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO..... 9

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... 10

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA..... 10

11. DOS RECURSOS..... 11

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... 11

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..... 13

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... 13

# 1. DO OBJETO

## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

### COMPLEXO PENAL DE MARÍLIA

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026-CPMARÍLIA

(Processo Administrativo nº 006.00248868/2026-77)

Torna-se público que o(a) Estado de São Paulo, Polícia Penal do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado, por meio do(a) **Complexo Penal de Marília**, sediada na **Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 465, Bairro Jardim Parque Serra Dourada, Marília/SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de Materiais para Refeitório, Copa, Cozinha, Limpeza, Embalagem, e Outros Mat. de Consumo**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

#### DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não se aplicam nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, conforme definido nas subdivisões subsequentes.

3.5 Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos subitens 3.5.2 e 3.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10 Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

## 4. DA APRES. PROPOSTA E DOC DE HABILITAÇÃO

### DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4.cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresas, sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1.Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2.Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3.Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4.Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte *e equiparadas*, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5.Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte *e equiparadas*, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.5.A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio dos lances.

4.7.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9.Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

### DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1.valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante

5.3.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6.As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1.Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2.Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10.O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DE SESSÃO

### DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4.Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7.O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior**, conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,05 (cinco) centavos**;

6.9.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3.Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5.Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12.Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18.Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.

6.19.Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.2.disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4.O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5.É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21.Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

### DA FASE DE JULGAMENTO

7.1.Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1.Sicaf;

7.1.2.Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3.Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4.Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5.Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6.Relatório de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2.Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3.Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4.Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1.Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2.Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1.contiver vícios insanáveis;

7.7.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;



- 7.7.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8.Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1.A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1.que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2.inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9.Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1.O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2.Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11.Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

### **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1.Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2.Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4.Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5.Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6.O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1.A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1.Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

### **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 11. DOS RECURSOS

### DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos, fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser solicitados formalmente no endereço eletrônico **pmar\_financas@hotmail.com** e **financas@pmarilia.sap.sp.gov.br**.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTR. E SANÇÕES

### DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1.advertência;

12.2.2.multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6.Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12.As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO

### DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico **[pmar\\_financas@hotmail.com](mailto:pmar_financas@hotmail.com)** ou **[financas@pmarilia.sap.sp.gov.br](mailto:financas@pmarilia.sap.sp.gov.br)**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.3.4 A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1 As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **<https://www.comprasnet.gov.br/>**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2 a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das

demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e poderão ser solicitadas no endereço eletrônico **financas@pmarilia.sap.gov.br**.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Resolução SAP 49/2024;

14.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões).

Marília, na data da assinatura digital

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DUMAS DE OLIVEIRA JUNIOR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 11:52:58.*



## ESP-PENIT. DE MARILIA

## Termo de Referência 24/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	380125-ESP-PENIT. DE MARILIA	JULIANA MARINHO MOREIRA	17/06/2026 10:14 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00248868/2026-77

## 1. Definição do objeto

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Materiais para Refeitório, Copa, Cozinha, Limpeza, Embalagem, e Outros Mat. de Consumo, destinados ao Complexo Penal de Marília, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Material	Unidade	BEC	Compras	Qtde	Valor Unit. em R\$	Valor Total em R\$
1	Cacarola; de Alumínio; Com Capacidade Mínima para (73,0l); Com Diâmetro Mínimo de (60,0cm); Altura Mínima de (26,0cm); Com Espessura Mínima de (5mm); Asa de Alumínio; Tampa Com Espessura Mínima de (1,20mm);	Unidade	1387693	319838	16	416,00	6.656,00
2	Caldeirao; de Alumínio; Capacidade Mínima para (32,5)l; Com Diâmetro Mínimo de (36,0cm); Altura Mínima de (32)cm; Com Espessura Mínima de (3mm); Asa de Alumínio; Tampa Com Espessura Mínima de (0,75)mm;	Unidade	1636049	397201	10	142,0000	1.420,00
3	Panela de Pressao; de Alumínio; Com Capacidade Mínima para 20 Litros; Com Fechamento Externo; Valvula de Seguranca; Com Diâmetro Mínimo de 38 Cm; Altura Mínima de 35,5 Cm; Asa de Baquelite (duas Asas); e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Nbr 11823;	Unidade	5166128	616647	5	455,0000	2.275,00
4	Caldeirao Industrial; Modelo a Gas Glp, Formato Cilindrico; Tampa Americana, Sem Fechamento Hermetico; Com Aquecimento Indireto a Gas; Com Capacidade Mínima para 500 Litros; Em Aço Inox Aisi 304, Liga 18/8; Isolado Com La de Rocha (atoxico), Isolamento Termico Com Fixacao Por Tela Inox; Revestido Externamente Em Aço Inox Aisi 304, Liga 18.8; Contendo Valvula de Seguranca, Aeracao e de Alimentacao; Dreno Com Registro de Fecho Rapido; Queimadores Em Tubo de Aço Inox, Com Chama Piloto e Acendedor; Comando de Registro de	Unidade	3710580	402447	3	16.490,0000	49.470,00

	Gas, Agua Quente e Fria, e Da Chama Piloto; Pes Tubulares Com Sapatas Regulaveis; Com Montagem Feita Por Tecnico Especializado Da Empresa Fornecedora; Com Garantia de Minimo 1 Ano Apos a Entrega do Equipamento, On Site; Acondicionado de Forma a Evitar Choque Mecanico Oriundo de Manuseio e Transporte;						
5	Escumadeira; de Aco Inox, Tipo Raquete para Fritura; Medindo No Minimo (diam.28xcabo72)cm; Espessura Minima de 3 Mm; Sem Decoracao;	Unidade	1715097	431352	20	24,44	488,80
6	Assadeira; de Aluminio, para Pao Frances; Medindo No Minimo (68 x 58)cm, Superficie de Furinhos, Contendo 6 Divisoies; Altura Minima de 6,0cm; Com Espessura Minima de 0,4mm; Sem Alca; Sem Tampa;	Unidade	4472462	465490	120	59,00	7.080,00
7	Avental; Confeccionado Em Pvc; No Tamanho Grande; Na Cor Branco; Modelo Masculino; do Tipo Longo Medindo Aproximadamente 120cm x 65cm; Sem Gola; Sem Bolso; Sem Manga; Fechado Atraves de Tiras Em Ambos Os Lados para Fixacao Na Cintura; Com Alca Dorsal; Acondicionado Em Saco Plastico Transparente;	Unidade	2266369	290545	1500	9,30	13.950,00
8	Bombona; Em Polietileno de Alta Densidade; Com Capacidade para <b>100 Litros</b> ; No Formato Cilindrico; para Armazenamento de Material; Com Alça, Com Tampa Removivel Rosqueável; Na Cor Azul; Com Certificado Compulsorio Inmetro;	Unidade	3736180	616701	40	232,00	9.280,00
9	Latao para Leite; Em Em Polietileno <b>Azul</b> ; Com Capacidade para Com Capacidade para <b>50 Litros</b> ;;	Unidade	5381118	239226	60	197,99	11.879,40
10	Bombona; Em Em Polietileno de Alta Densidade e Alto Peso Molecular; Com Capacidade para <b>200 Litros</b> , 925 Mm Altura, 580 Mm Diam.externo, Altura Da Boca 41 Mm, Diam. Interno Da Boca 410mm; No Formato Cilindrico, S/ Cavas, C/ Tampa Removivel; P/ Armazenamento de Material Quimico, P/ Transporte de Prod. Perigosos Em Estado Solido; Com Anel de Vedacao, Tipo O-ring de Borracha Sinteticac/ Anel de Aco Em Banho Zincado; <b>Na Cor Azul</b> ; Conforme Resolucoes Antt e Legislacao Atual Vigente;	Unidade	6189083	616700	60	342,50	20.550,00
11	Caldeirao; de Aluminio; Capacidade Minima para <b>(125 LITROS)</b> ; Com Diametro Minimo de (60,0cm); Altura Minima de (45,0cm); Com Espessura Minima de (5mm); Asa de Aluminio; Tampa Com Espessura Minima de (1,20mm);	Unidade	1389343	620944	15	494,00	7.410,00
12	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Injetado; Medindo (55x36x31)cm, Capacidade 52 Litros; Modelo Vazada; Na Cor Branca; Sem Tampa; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Alimentos;	Unidade	1532626	355109	600	45,35	27.210,00
13	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Capacidade: <b>61 Litros</b> ; Empilhavel; Branca; Com Tampa; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Alimentos, Carnes.	Unidade	6222773	378071	90	82,20	7.398,00

14	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polietileno Alta Densidade (pead); Medindo (736x536x290)mm (cxlxa-interna); Modelo Vazada; Na Cor Verde; Sem Tampa; No Formato Retangular;	Unidade	3253856	486190	30	139,00	4.170,00
15	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo No Minimo (55 x 40 x 36)cm; Modelo Fechada; Incolor Transparente; Com Tampa e Trava; No Formato Retangular, <b>Capacidade 60 Litros.</b>	Unidade	6042473	637532	40	85,75	3430,00
16	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo 54,5 (c) x 38 (l) x 25 (a) Cm, Capacidade de 35 Litros; Fechada; Na Cor Branca Translucida; Com Tampa Branca Translucida, Sem Travas; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Material de Consumo;	Unidade	4688147	31688	30	75,00	2.250,00
17	Caixa Organizadora; Em Polipropileno (pp); Medindo Minimo de (66 x 44 x 25)cm (l x p x A); Com Tampa Fechada Por Travas; Travamento Nos 2 Lados; Na Cor Cristal Transparente; Formato Retangular; Capacidade 42 Litros;	Unidade	4755219	316188	40	75,00	3.000,00
18	Caneca; de Alumínio; Capacidade Minima para (4,5l); Com Diametro Minimo de (18,0 Cm); Altura Minima de (18,0 Cm); Com Espessura Minima de (2,0mm); Alca Baquelite;	Unidade	3195619	397210	30	49,79	1.493,70
19	Cortador de Legumes/frutas; Com Corpo Em Liga de Alumínio Fundido,contendo Alavanca Pressionadora, Navalhas Ou Facas Em Aco Inox; e Grelha para Furacao No Formato Quadrado, para Furos de 6,8,10 e 12 Mm; Tipo Manual, Modelo Tripe, Medindo 120 Cm de Altura Ate a Alavanca e 70 Cm Ate a Altura Da Mesa; Tolerancia de +/- 5% para Os Dimensionais.	Unidade	1653962	339435	15	159,93	2.398,95
20	Descascador de Legumes; Domestico de Uso Manual; Em Cabo de Polipropileno e Lamina Em Aco Inox; Medindo 15 x 4 Cm Com Tolerancia de +/- 20 %; Com Lamina Na Posicao Horizontal;	Unidade	2292165	443912	150	6,12	918,00
21	Faca Manual P/cozinha; Em Aco Inox; Medindo No Minimo 10"; Com Espessura Minima de 3mm; Cabo Em Polipropileno; Branca;	Unidade	2072173	334673	50	16,14	807,00
22	Faca Manual P/cozinha; Em Aco Inox, Com Fio Liso/reto; Medindo No Minimo 12", Com (460x55)mm (cxl); Com Espessura Minima de 2mm; Cabo Em Polipropileno (pp) Injetado Diretamente Sobre a Espiga Da Lamina, Contendo Protecao Antibacteriana; Na Cor Branca;	Unidade	3702979	297316	50	24,00	1.200,00
23	Galao Termico; Com Capacidade de 12 Litros; Corpo de Polipropileno, Com Alca de Transporte Na Parte Superior do Corpo; Revestimento Interno de Espuma de Poliuretano para Manter Os Liquidos Na Mesma Temperatura (quente/frio) e Polipropileno; Fundo Em Polipropileno; Tampa de Polipropileno Rosqueavel; Com Alca de Transporte; Com Torneira de Alavanca; Com 03 (tres) Pes Retrateis; Na Cor Azul ( Corpo ) e Branca ( Tampa );	Unidade	4823710	232430	10	134,00	6.030,00
	Caixa Termica; para Transporte de Alimentos, Bebidas, Refeicoes Quentes, Frias, Congeladas e Medicamentos; de Polietileno (pe) Atoxico, Com Anti Uv de Alto Impacto; Na Cor Azul, Isolamento						

24	Termico Em Poliuretano; Com Capacidade Minima de <b>30 Litros</b> ; Medindo Minimo (720 x 430 x 340)mm; Com Alcas Pegadoras Fixas Nas Laterais Em Polietileno; Sem Divisoria, Podendo Ser Usada No Transporte Decubas Gns; Com Tampa de Vedacao Em Pvc; Na Cor Azul; Contendo Travas de Aco Inox; Garantia Minima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega do Produto;	Unidade	4136179	636233	8	890,00	7.120,00
25	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de 2,5 Litros; Corpo Em Aco Inox; Ampola Em Aco Inox; Fundo Em Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Com Alcaem Polipropileno; Sem Decoracao;	Unidade	4352289	468441	12	129,50	1.554,00
26	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de 1 Litro; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em de Vidro,devendo Esta de Acordo Com a Nbr 13282; Fundo de Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Tampa Rosqueavel de Pressao; Com Alca Resistente e Anatomica; Lisa, Sem Decoracao; Na Cor Preta;	Unidade	5260515	234159	20	27,00	540,00
27	Garrafa Termica; de Rosca; Com Capacidade de 03 Litros; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em Isolamento Termico Com Espuma de Pu (poliuretano)livre de Cfc; Fundo de Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Tipo Copo; Com Alca; Sem Decoracao; Na Cor Azul Escuro;	Unidade	5166110	230718	12	35,70	428,40
28	Luva Termica de Cozinha; de Algodao Com Tratamento Em Silicone; No Tamanho Unico Cano Longo ( 45 Cm de Comprimento); Devendo Resistir a Temperaturas de No Minimo 200 Graus, Com Protecao Termica Contra Calor; Forracao Removivel, Composta de Fibra de Poliester e Tecido de Algodao Com Tratamento e Silicone; Costurada Com Linha de Aramida, modelo de 2 Dedos(tipo Mao de Gato);	Par	4869591	444080	15	40,00	600,00
29	Marmita; de Polipropileno; No Formato Retangular; Medindo (200 x 120 x 50)mm (tolerancia de +/- 15%); Com Capacidade de 900 ML; Sem Divisao; Sem Alca; Tampa de Polipropileno Transparente; Com Borda para Abertura; Transparente;	Unidade	2529831	220632	5000	3,40	17.000,00
30	Pedra de Afiar; de Carbureto de Silicio; Retangular; Med. 203x50x25mm; para Cozinha Industrial; Granulacao Combinada (uma Face Media e Outra Fina)	Unidade	942260	246965	50	10,74	537,00
31	Peneira; de Aco Inox; Com Diametro de 55cm; Com Borda de Aco Inox; Tipo Sem Cabo,sem Alca; para Separar Impurezas; Uso Industrial; Acondicionado Em Embalagem Apropriada;	Unidade	1278096	450388	30	35,00	1.050,00
32	Ralador; Domestico P/ralar Legumes, Frutas e Quejos; Manual Com 4 Faces de Cortes Diferentes; Sem Manivela; Corpo Em Aco Inox; Medindo Base Inferior(10x8)cm,altura 18 Cm Com Toleranciade +/- 20%;	Unidade	2292238	261597	20	14,90	298,00
33	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo No Minimo 105 Cm de Altura, 75 Cm de Largura C/ Variacao Tolerada de +/- 1cm; Espessura: 0,08micras; Cor: Transparente - Classe I; Com Capacidade de 100 L; Deve Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008,e Alteracoes Posteriores;	Unidade	5986141	395458	1000	0,83	830,00

34	Tabua P/ manipulacao; de Polietileno; Medindo No Minimo (comp. 200 x larg.80)cm; Com Altura Minima de (2,0)cm; No Formato Retangular; Branca;	Unidade	1715488	460524	5	1.029,00	5.145,00
35	Tecido; Tipo Flanela; Armacao 2/1; Composto de 100% Algodao; Pesando 100 G/m2; Medindo 1,60 m de Largura; Na Cor Branca;	Metro	1694553	637571	100	28,86	2.886,00
36	Descartaveis Pessoais para Uso Em Cozinha; Touca para Protecao Capilar do Tipo Sanfonada; Confeccionada Em Tnt; Com Elastico Simples; Na Cor Branca; Tamanho Unico;	Caixa com 100 Unidades	4215664	369561	200	7,52	1.504,00
37	Seladora; Modelo Convencional, de Filete, Com Temporizador; Estrutura Reforcada, Pintura Eletrostatica, Tampoem Aco Inoxidavel, Selagem Por Fio de Niquel; Comprimento Minimo de Selagem 450 Mm; para Embalagens e Peliculas Plasticas C/ Ate 0,2 Mm de Espessura; Acionamento Por Pedal; Dimensoes Minimais 930 x 450 x 550 Mm; Tensao Bivolt Chaveado 127/220v; Potencia Minima 750 W; Garantia Minima 12 Meses, Manual de Instrucoes;	Unidade	5498848	323996	6	1.400,00	8.400,00
38	Colher de Plastico; Em Polipropileno Natural(atoxico); Medindo No Minimo (16,0)cm; Com Capacidade Minima de (10)ml; Espessura Minima de (3)mm; Na Cor Azul;	Unidade	1618067	467310	3000	0,41	1.230,00
39	Calca; Composta de 100% Algodao; Tecido Com Gramatura de 210 G/m2; Com Armacao do Tipo Sarja 2/1; No Tamanho <b>GG</b> , Circunferencia Da Cintura de 95 a 105 Cm, Comprimento de 113 Cm; Modelo Unisex; Sem Bolso; Com Elastico Embutido Em Todo o Contorno Da Cintura e Vista Falsa; Calca Na <b>Cor Branca</b> ; Acondicionada Em Em Saco Plastico Transparente, Individualmente, Armazenada Em Caixa de Papelao;	Unidade	5387566	621049	500	19,00	9.500,00
40	Toalha de Banho; para Adulto; Composicao do Tecido 90% Algodao e 10% Poliester; Pesando No Minimo 480g/m2; Felpa Dupla; Pre-lavado; Pre-encolhido; Medindo (lxc) No Minimo de (0,70x1,40)m; Na Cor Branca; Liso; Sem Logo; Com Costura Reforcada Em Toda a Volta; Resistencia a Lavagem Industrial; Etiqueta de Acordo Com a Resolucao Da Conmetro N. 02 de 06/05 /2008; Embalada Individualmente Em Saco Plastico;	Unidade	3896510	459484	1000	13,50	13.500,00
41	Bebedouro Eletrico; de Tipo Industrial; Gabinete Em Aco Inoxidavel 430; Aparador e Cuba Em Aco Inoxidavel 430; Com <b>04 Torneiras</b> ; Sendo Removiveis e Desmontaveis Com Encaixe Tipo Rosca; Reservatorio Em Polipropileno Atoxico Com <b>Capacidade de 200 Litros</b> ; Com Serpentina Interna Em Aco Inoxidavel; Medindo Aproximadamente (140x108x48)cm=(axlxc); para Uso Interno e Externo; Com Tensao de Alimentacao de 220v; Certificacao Compulsoria do Inmetro; e Garantia de 12 Meses;	Unidade	4977688	311387	2	2.398,95	4.797,90
	Equipamento para Melhoria Da Qualidade Da Agua; <b>Purificador de Agua</b> ; Agua Natural Ou Gelada; Em Plastico Abs; Purificacao Com Filtro de Carvaoativado de Polipropileno; para Instalacao Em Ponto de Consumo; para Agua Tratada; Livre de Impurezas, Cor, Sabor e Odor; Com Retencao de Particulas; Com Reducao de Cloro Livre; Com Eficiencia Bacteriologica; Vazao Aproximada 60 Litros /hora; Pressao Maxima 50 Mca; Pressao Minima 4 Mca; Voltagem 127 Ou 220v; Frequencia 60 Hz; Potencia 80 W; Substituicao de						

42	Refil Com 3.000 Litros Ou 6 Meses; Enche Copo Ou Jarra; Com Coletor de Agua Removivel e Luz Indicadora de Filtro Saturado; Fluxo Continuo Ou Em Pequenas Porcoes; Purificacao Em 2 Estagios; <b>Capacidade Aproximada do Reservatorio 2 Litros;</b> Dimensoes Aproximadas: 395 x 305 x 307 Mm (axlpx); Cor Branco; Peso Aprox 5,8 Kg; Com Pes de Borracha Antiderrapante e Suporte para Fixacao Na Parede; Garantia Minima de 12 Meses; Conforme Norma Nbr/abnt 16098; para Agua Em Conformidade Com a Portaria 1469 do Ms;	Unidade	5956749	613957	3	698,99	2.096,97
43	Prato Plastico; de Polipropileno Natural(atoxico); Espessura Minima de 2,5 Mm; Diametro Minimo de 22 Cm; Altura Minima de 3 Cm; Tipo Fundo; Na Cor Azul;	Unidade	5269148	389205	2.000	2,00	4.000,00
44	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40) cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,02 micras; Transparente;	Rolo 500 Unidades	2149893	243160	150	23,62	3.453,00
45	Escumadeira; de Aco Inox; Medindo No Minimo (diam.16xcabo50) cm; Espessura Minima de (5)mm; Com Cabo Em Aco Inox; Sem Decoracao;	Unidade	1811053	355387	50	23,00	1.150,00
46	Assadeira; de Aluminio, para Pao Doce, e Outros Alimentos de Formo; Medindo No Minimo (70,0 x 58,0)cm (cxl); Altura Minima de 3,0cm; Com Espessura Minima de (1,5mm); Sem Alca; Sem Tampa;	Unidade	4198565	628905	50	82,23	4.111,50
47	Vassoura; Uso Domestica,com Base de 30 Cm; Propriedades Minimas:cepa Em Polipropileno; Com Cerdas de Nylon; Tipo Lisa; Cabo de Madeira,medindo 120 Cm; Gancho de Plastico; Rosca Em Plastico;	Unidade	6346359	406214	480	8,67	4.161,60
48	Rodo; Com Cepa de Polipropileno; Cepa Medindo 40cm; Borracha: Em Eva; Dupla; Com Espessura 8,0mm (+/-0,05mm); Cabo de Madeira Revestido de Polipropileno; 120cm,com Rosca; Rosca Em Polipropileno;	Unidade	2861658	481029	180	7,79	1.402,20
49	Refresqueira; Em Aco Inox, Base Pingadeira Em Plastico Atoxico; Modelo Comercial, Com 01 Cuba Em Pet, Com Pa Agitadora, Com Interruptor Liga/desliga e Torneira; Com Capacidade para 16 Litros; Voltagem 220v; Embalagem Apropriada, Garantia Minima de 12 Meses a Partir Da Data de Entrega do Produto;	Unidade	4134044	343897	3	1.951,85	5.855,55
50	Caixa Termica Industrial; Em Polietileno Linear Com Injecao Interna Poliuretano, Rotomoldagem, Que Garanta o Potencial Termico; Com Capacidade Minina para <b>80 Litros;</b> Medindo No Minimo Dimensao Externa: (825x640x400)mm; Borda Reforcada Com No Minimo Parede Dupla; Polietileno, Dimensao Interna: (605x480x215)mm; No Formato Retangular; Tampa Com Perfeito Encaixe Com Fecho de Aço Inoxidável; para Transporte e Armazenamento de Cubas Gastronomicas, Bandejas e Marmitas; Na Cor Azul;	Unidade	5967074	373312	15	879,12	13.186,80
51	Bancada Sem Cuba; Em Aco Inox Tipo Aisi -304, Liga 18/8, Tampo Superior Chapa de 1 Mm de Espessura, Espelho Frontal 100mm; Medindo Tamanho 2100 x 700 x 850 Mm, (comprimento x Largura x Altura); Com Espessura de 1 Mm; Na Cor Inox, Polimento Fosco Acetinado; Reforcos Em Todo o Perimetro Em Perfis U, Pes Tubulares 38 Mm, Sapatas Regulares e Anti-	Unidade	3785530	626510	6	1.805,55	10.833,30

	derrapante; Prateleira Inferior Lisa Perfurada Com Reforcoss Em Perfis U;						
52	Cobertor; Solteiro; Microfibra; Composto de 100% Poliester; Antialergico; Pesando No Minimo 300g/m2,toque Super Macio, leve Confortavel,ideal para Todas As Estacoes de Ano; Dupla Face; Medindo ( Lxc) Minima de (1,50 x 2,20)m; Na Cor Marrom; Liso; Costurado Nas Quatro Extremidades; Resistente a Lavagem Em Processo Industrial; Etiqueta de Acordo Com a Resolucao Da Conmetro N. 02/2008;	Unidade	3725049	459542	600	26,89	16.134,00
Valor Total Geral em R\$:							334.160,07

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto Estadual nº68.185, de 11 de dezembro de 2023.](#)

1.2.Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº68.017, de 11 de outubro de 2023.](#)

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [lei 14.133, de 2021](#) e no [Decreto nº 67.985, de 2023.](#)

Subcontratação

1.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto do Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do decreto estadual 67.689/2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência,

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Consiste na Aquisição de materiais para refeitório, copa, cozinha, limpeza, embalagem e outros materiais de consumo.

3.2. A Aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, a luz da Lei 14.133/2021 art. 28 inciso I.

3.3. As entregas serão realizadas de forma única com o prazo de **30 dias** após o recebimento da Nota de Empenho, para melhor atendimento das necessidades do Complexo Penal de Marília.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, conforme Catálogo de Compras Federal, devem ser atendidos o que dispõe a atual política de sustentabilidade atinente a produção, transporte e armazenamento dos itens, objeto desta licitação.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias contados da entrega da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data solicitada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Unidades	Endereço completo para entrega
COMPLEXO PENAL DE MARÍLIA	Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 465, Parque Serra Dourada, na cidade de Marília/SP, CEP: 17.525-320  Barracão Automação

**5.2.1 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.**

#### Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.3.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica



6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10 . O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins em empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 68.220, de 2023, art. 16, VI e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I e 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 c/c Decreto estadual 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação do pagamento**

7.23. O contrato não permite antecipação de pagamento

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO.

#### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8m que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência , recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

#### Outras comprovações

8.25 Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 334.160,07

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 334.160,07 (trezentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta reais e sete centavos)**, conforme valores unitários e totais informados no item 1 deste Termo de Referência anexo no Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual n/ 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/ Unidade: 380125;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programas de trabalho: 14421381561390000

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.

10.3. Quanto a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Despacho do responsável pela elaboração.

Encaminho Termo de Referência nº 24/2026 para aprovação.

Marília, na data da assinatura digital.

---

ROSIANE NUNES BELUSI

Chefe de Serviço de Administração

#### DESPACHO DA AUTORIDADE

APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA nº 24/2026, em conformidade com o disposto no inciso XXIII art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021, referente à aquisição de materiais para Refeitório, Copa, Cozinha, Limpeza, Embalagem, e Outros Mat. de Consumo

Marília, na data da assinatura digital.

---

DUMAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Chefe de Departamento do Complexo Penal

## 11. Versão do Artefato

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: 01/01/2026

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSIANE NUNES BELUSI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 15:38:47.

**DUMAS DE OLIVEIRA JUNIOR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 10:14:17.*

## ESP-PENIT. DE MARILIA

**Estudo Técnico Preliminar 17/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 006.00248868/2026-77

**2. Descrição da necessidade**

2.1. Justifica-se a aquisição dos materiais pela necessidade de promover a demanda com os trabalhos realizados pelos sentenciados que prestam serviço cozinha, padaria, refeitório dos Servidores e utilização geral deste Complexo Penal, para manipulação e preparação da alimentação diária da população carcerária e servidores em 2026.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Chefe de Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional	André Luis Sorrentino dos Santos

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.A presente contratação deverá observar entre outros, os requisitos elencados no Edital que integram o presente procedimento.

**5. Levantamento de Mercado**

5.1. Quanto à definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais, a pesquisa de preços foi realizada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo MANUAL DE PROCEDIMENTOS LICITAÇÕES E CONTRATOS por meio de valores da "mediana" de preços do painel de preços constantes no site eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), obedecendo aos critérios de levantamento delineados no artigo 3º, inciso I e §1º do Decreto Estadual nº 67.888/2023.



## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Consiste na aquisição de utensílios destinados ao refeitório, copa, cozinha, limpeza, embalagem, e outros mat. de consumo.

6.2. A aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico, de natureza comum, do tipo menor preço, a luz da Lei 14.133 /2021.

6.3. A entrega será realizada de forma única, para melhor atendimento das necessidades do Setor de almoxarifado do Complexo Penal de Marília, localizado na Penitenciária "José Luiz Mansur", anexo semiaberto e Centro de Ressocialização de Marília.

## 7. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 334.160,07

7.1. Os preços referenciais dos itens foram levantados a partir de pesquisa realizada por meio do Painei de Preços do Governo Federal (<https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/>), em atendimento ao Decreto Estadual 67.888 de 17/08/2023.

7.2. Em atendimento ao decreto supracitado, valor médio foi apurado com base nas pesquisas realizadas no Painei de Preços, tendo sido pesquisado pelo menos 3 (três) fornecedores para cada item, conforme relatório de pesquisa de preços.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. O quadro abaixo demonstra as quantidades e exigências necessárias ao atendimento da necessidade da aquisição.

		Unidade	
Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Fornecim	Qtde
1	Cacarola; de Alumínio; Com Capacidade Mínima para (73,0l); Com Diâmetro Mínimo de (60,0cm); Altura Mínima de (26,0cm); Com Espessura Mínima de (5mm); Asa de Alumínio; Tampa Com Espessura Mínima de (1,20mm);	Unidade	16
2	Caldeirão; de Alumínio; Capacidade Mínima para (32,5l); Com Diâmetro Mínimo de (36,0)cm; Altura Mínima de (32)cm; Com Espessura Mínima de (3)mm; Asa de Alumínio; Tampa Com Espessura Mínima de (0,75)mm;	Unidade	10
3	Panela de Pressão; de Alumínio; Com Capacidade Mínima para 20 Litros; Com Fechamento Externo; Válvula de Segurança; Com Diâmetro Mínimo de 38 Cm; Altura Mínima de 35,5 Cm; Asa de Baquelite (duas Asas); e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Nbr 11823;	Unidade	5
4	Caldeirão Industrial; Modelo a Gas Glp, Formato Cilíndrico; Tampa Americana, Sem Fechamento Hermetico; Com Aquecimento Indireto a Gas; Com Capacidade Mínima para 500 Litros; Em Aço Inox Aisi 304, Liga 18/8; Isolado Com Lã de Rocha (atóxica), Isolamento Térmico Com Fixação Por Tela Inox; Revestido Externamente Em Aço Inox Aisi 304, Liga 18.8; Contendo Válvula de Segurança, Aeração e de Alimentação; Dreno Com Registro de Fecho Rápido; Queimadores Em Tubo de Aço Inox, Com Chama Piloto e Acendedor; Comando de Registro de Gas, Água Quente e Fria, e Da Chama Piloto; Pes Tubulares Com Sapatas Reguláveis; Com Montagem Feita Por Técnico Especializado Da Empresa Fornecedora; Com Garantia de Mínimo 1 Ano Após a Entrega do Equipamento, On Site; Acondicionado de Forma a Evitar Choque Mecânico Oriundo de Manuseio e Transporte;	Unidade	3
5	Escumadeira; de Aço Inox, Tipo Raquete para Fritura; Medindo No Mínimo (diam.28xcabo72)cm; Espessura Mínima de 3 Mm; Sem Decoração;	Unidade	20
6	Assadeira; de Alumínio, para Pão Frances; Medindo No Mínimo (68 x 58)cm, Superfície de Furinhos, Contendo <b>6 Divisões</b> ; Altura Mínima de 6,0cm; Com Espessura Mínima de 0,4mm; Sem Alça; Sem Tampa;	Unidade	120
7	Avental; Confeccionado Em Pvc; No Tamanho Grande; Na Cor Branco; Modelo Masculino; do Tipo Longo Medindo Aproximadamente 120cm x 65cm; Sem Gola; Sem Bolso; Sem Manga; Fechado Através de Tiras Em Ambos Os Lados para Fixação Na Cintura; Com Alça Dorsal; Acondicionado Em Saco Plástico Transparente;	Unidade	1500
8	Bombona; Em Polietileno de Alta Densidade; Com Capacidade para <b>100 Litros</b> ; No Formato Cilíndrico; para Armazenamento de Material; Com Alça, Com Tampa Removível Rosqueável; Na Cor Azul; Com Certificado Compulsório Inmetro;	Unidade	40
9	<b>Litros,;</b>	Unidade	60
10	Bombona; Em Em Polietileno de Alta Densidade e Alto Peso Molecular; Com Capacidade para <b>200 Litros</b> , 925 Mm Altura, 580 Mm Diam.externo, Altura Da Boca 41 Mm, Diam. Interno Da Boca 410mm; No Formato Cilíndrico, S/ Cavas, C/ Tampa Removível; P/ Armazenamento de Material Químico, P/ Transporte de Prod. Perigosos Em Estado Sólido; Com Anel de Vedação, Tipo O-ring de Borracha Sintética C/ Anel de Aço Em Banho Zincado; <b>Na Cor Azul</b> ; Conforme Resoluções Antt e Legislação Atual Vigente;	Unidade	60
11	Caldeirão; de Alumínio; Capacidade Mínima para <b>(125 LITROS)</b> ; Com Diâmetro Mínimo de (60,0cm); Altura Mínima de (45,0cm); Com Espessura Mínima de (5mm); Asa de Alumínio; Tampa Com Espessura Mínima de (1,20mm);	Unidade	15
12	Caixa Plástica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Injetado; Medindo (55x36x31)cm, Capacidade 52 Litros; Modelo Vazada; Na Cor Branca; Sem Tampa; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Alimentos;	Unidade	600

13	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Capacidade: <b>61 Litros</b> ; Empilhavel; Branca; Com Tampa; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Alimentos, Carnes.	Unidade	90
14	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polietileno Alta Densidade (pead); Medindo (736x536x290)mm (cxlxa-interna); Modelo Vazada; Na Cor Verde; Sem Tampa; No Formato Retangular;	Unidade	30
15	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo No Minimo (55 x 40 x 36)cm; Modelo Fechada; Incolor Transparente; Com Tampa e Trava; No Formato Retangular, <b>Capacidade 60 Litros</b> .	Unidade	40
16	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo 54,5 (c) x 38 (l) x 25 (a) Cm, Capacidade de 35 Litros; Fechada; Na Cor Branca Translucida; Com Tampa Branca Translucida, Sem Travas; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Material de Consumo;	Unidade	30
17	Caixa Organizadora; Em Polipropileno (pp); Medindo Minimo de (66 x 44 x 25)cm (l x p x A); Com Tampa Fechada Por Travas; Travamento Nos 2 Lados; Na Cor Cristal Transparente; Formato Retangular; Capacidade 42 Litros;	Unidade	40
18	Caneca; de Alumínio; Capacidade Minima para (4,5l); Com Diametro Minimo de (18,0 Cm); Altura Minima de (18,0 Cm); Com Espessura Minima de (2,0mm); Alca Baquelite;	Unidade	30
19	Cortador de Legumes/frutas; Com Corpo Em Liga de Alumínio Fundido,contendo Alavanca Pressionadora, Navalhas Ou Facas Em Aco Inox; e Grelha para Furacao No Formato Quadrado, para Furos de 6,8,10 e 12 Mm; Tipo Manual, Modelo Tripe, Medindo 120 Cm de Altura Ate a Alavanca e 70 Cm Ate a Altura Da Mesa; Tolerancia de +/- 5% para Os Dimensionais.	Unidade	15
20	Descascador de Legumes; Domestico de Uso Manual; Em Cabo de Polipropileno e Lamina Em Aco Inox; Medindo 15 x 4 Cm Com Tolerancia de +/- 20 %; Com Lamina Na Posicao Horizontal;	Unidade	150
21	Faca Manual P/cozinha; Em Aco Inox; Medindo No Minimo 10"; Com Espessura Minima de 3mm; Cabo Em Polipropileno; Branca;	Unidade	50
22	Faca Manual P/cozinha; Em Aco Inox, Com Fio Liso/reto; Medindo No Minimo 12", Com (460x55)mm (cxl); Com Espessura Minima de 2mm; Cabo Em Polipropileno (pp) Injetado Diretamente Sobre a Espiga Da Lamina, Contendo Protecao Antibacteriana; Na Cor Branca;	Unidade	50
23	Galao Termico; Com Capacidade de 12 Litros; Corpo de Polipropileno, Com Alca de Transporte Na Parte Superior do Corpo; Revestimento Interno de Espuma de Poliuretano para Manter Os Liquidos Na Mesma Temperatura (quente/frio) e Polipropileno; Fundo Em Polipropileno; Tampa de Polipropileno Rosqueavel; Com Alca de Transporte; Com Torneira de Alavanca; Com 03 (tres) Pes Retrateis; Na Cor Azul ( Corpo ) e Branca ( Tampa );	Unidade	45
24	Caixa Termica; para Transporte de Alimentos, Bebidas, Refeicoes Quentes, Frias, Congeladas e Medicamentos; de Polietileno (pe) Atoxico, Com Anti Uv de Alto Impacto; Na Cor Azul, Isolamento Termico Em Poliuretano; Com Capacidade Minima de <b>30 Litros</b> ; Medindo Minimo (720 x 430 x 340)mm; Com Alcas Pegadoras Fixas Nas Laterais Em Polietileno; Sem Divisoria, Podendo Ser Usada No Transporte Decubas Gns; Com Tampa de Vedacao Em Pvc; Na Cor Azul; Contendo Travas de Aco Inox; Garantia Minima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega do Produto;	Unidade	8
25	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de 2,5 Litros; Corpo Em Aco Inox; Ampola Em Aco Inox; Fundo Em Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Com Alcaem Polipropileno; Sem Decoracao;	Unidade	12
	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de 1 Litro; Corpo Em Polipropileno; Ampola		

26	Em de Vidro,devendo Esta de Acordo Com a Nbr 13282; Fundo de Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Tampa Rosqueavel de Pressao; Com Alca Resistente e Anatomica; Lisa, Sem Decoracao; Na Cor Preta;	Unidade	20
27	Garrafa Termica; de Rosca; Com Capacidade de 03 Litros; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em Isolamento Termico Com Espuma de Pu (poliuretano)livre de Cfc; Fundo de Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Tipo Copo; Com Alca; Sem Decoracao; Na Cor Azul Escuro;	Unidade	12
28	Luva Termica de Cozinha; de Algodao Com Tratamento Em Silicone; No Tamanho Unico Cano Longo ( 45 Cm de Comprimento); Devendo Resistir a Temperaturas de No Minimo 200 Graus, Com Protecao Termica Contra Calor; Forrao Removivel, Composta de Fibra de Poliester e Tecido de Algodao Com Tratamento e Silicone; Costurada Com Linha de Aramida,modelo de 2 Dedos(tipo Mao de Gato);	Par	15
29	Marmita; de Polipropileno; No Formato Retangular; Medindo (200 x 120 x 50)mm (tolerancia de +/- 15%); Com Capacidade de 900 Ml; Sem Divisao; Sem Alca; Tampa de Polipropileno Transparente; Com Borda para Abertura; Transparente;	Unidade	5000
30	Pedra de Afiar; de Carbureto de Silicio; Retangular; Med.203x50x25mm; para Cozinha Industrial; Granulacao Combinada (uma Face Media e Outra Fina)	Unidade	50
31	Peneira; de Aco Inox; Com Diametro de 55cm; Com Borda de Aco Inox; Tipo Sem Cabo,sem Alca; para Separar Impurezas; Uso Industrial; Acondicionado Em Embalagem Apropriada;	Unidade	30
32	Ralador; Domestico P/ralar Legumes, Frutas e Queijos; Manual Com 4 Faces de Cortes Diferentes; Sem Manivela; Corpo Em Aco Inox; Medindo Base Inferior(10x8)cm,altura 18 Cm Com Tolerancia de +/- 20%;	Unidade	20
33	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo No Minimo 105 Cm de Altura, 75 Cm de Largura C/ Variacao Tolerada de +/- 1cm; Espessura: 0,08micras; Cor: Transparente - Classe I; Com Capacidade de 100 L; Deve Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008,e Alteracoes	Unidade	1000
34	Tabua P/ manipulacao; de Polietileno; Medindo No Minimo (comp.200 x larg.80)cm; Com Altura Minima de (2,0)cm; No Formato Retangular; Branca;	Unidade	5
35	Tecido; Tipo Flanela; Armacao 2/1; Composto de 100% Algodao; Pesando 100 G/m2; Medindo 1,60 m de Largura; Na Cor Branca;	Metro	100
36	Descartaveis Pessoais para Uso Em Cozinha; Touca para Protecao Capilar do Tipo Sanfonada; Confeccionada Em Tnt; Com elastico Simples; Na Cor Branca; Tamanho Unico;	Caixa com 100 Unidades	200
37	Seladora; Modelo Convencional, de Filete, Com Temporizador; Estrutura Reforcada, Pintura Eletrostatica, Tampoem Aco Inoxidavel, Selagem Por Fio de Niquel; Comprimento Minimo de Selagem 450 Mm; para Embalagens e Peliculas Plasticas C/ Ate 0,2 Mm de Espessura; Acionamento Por Pedal; Dimensoes Minimais 930 x 450 x 550 Mm; Tensao Bivolt Chaveado 127/220v; Potencia Minima 750 W; Garantia Minima 12 Meses, Manual de Instrucoes;	Unidade	6
38	Colher de Plastico; Em Polipropileno Natural(atoxico); Medindo No Minimo (16,0)cm; Com Capacidade Minima de (10)ml; Espessura Minima de (3)mm; Na Cor Azul;	Unidade	3000
39	Calca; Composta de 100% Algodao; Tecido Com Gramatura de 210 G/m2; Com Armacao do Tipo Sarja 2/1; No Tamanho GG, Circunferencia Da Cintura de 95 a 105 Cm, Comprimento de 113 Cm; Modelo Unisex; Sem Bolso; Com elastico Embutido Em Todo o Contorno Da Cintura e Vista Falsa; Calca Na Cor Branca; Acondicionada Em Em Saco Plastico Transparente, Individualmente, Armazenada Em Caixa de Papelao;	Unidade	500
40	Toalha de Banho; para Adulto; Composicao do Tecido 90% Algodao e 10% Poliester; Pesando No Minimo 480g/m2; Felpa Dupla; Pre-lavado; Pre-encolhido; Medindo (lxc) No Minimo de (0,70x1,40)m; Na Cor Branca; Liso; Sem Logo; Com Costura Reforcada Em Toda a Volta; Resistencia a Lavagem Industrial; Etiqueta de Acordo Com a Resolucao Da Conmetro N. 02 de 06/05/2008; Embalada Individualmente Em Saco Plastico;	Unidade	1000
41	Bebedouro Eletrico; de Tipo Industrial; Gabinete Em Aco Inoxidavel 430; Aparador e Cuba Em Aco Inoxidavel 430; Com 04 Torneiras; Sendo Removiveis e Desmontaveis Com Encaixe Tipo Rosca; Reservatorio Em Polipropileno Atoxico Com Capacidade de 200 Litros; Com Serpentina	Unidade	2

41	Interna Em Aço Inoxidável; Medindo Aproximadamente (140x108x48)cm=(axlxc); para Uso Interno e Externo; Com Tensão de Alimentação de 220v; Certificação Compulsória do Inmetro; e Garantia de 12 Meses;	Unidade	4
42	Equipamento para Melhoria Da Qualidade Da Água; <b>Purificador de Água</b> ; Água Natural Ou Gelada; Em Plástico Abs; Purificação Com Filtro de Carvão Ativado de Polipropileno; para Instalação Em Ponto de Consumo; para Água Tratada; Livre de Impurezas, Cor, Sabor Odor; Com Retenção de Partículas; Com Redução de Cloro Livre; Com Eficiência Bacteriológica; Vazão Aproximada 60 Litros/hora; Pressão Máxima 50 Mca; Pressão Mínima 4 Mca; Voltagem 127 Ou 220v; Frequência 60 Hz; Potência 80 W; Substituição de Refil Com 3.000 Litros Ou 6 Meses; Enche Copo Ou Jarra; Com Coletor de Água Removível e Luz Indicadora de Filtro Saturado; Fluxo Contínuo Ou Em Pequenas Porções; Purificação Em 2 Estágios; <b>Capacidade Aproximada do Reservatório 2 Litros</b> ; Dimensões Aproximadas: 395 x 305 x 307 Mm (axlpx); Cor Branco; Peso Aprox 5,8 Kg; Com Pes de Borracha Antiderrapante e Suporte para Fixação Na Parede; Garantia Mínima de 12 Meses; Conforme Norma Nbr/abnt 16098; para Água Em Conformidade Com a Portaria 1469 do Ms;	Unidade	3
43	Prato Plástico; de Polipropileno Natural(atoxico); Espessura Mínima de 2,5 Mm; Diâmetro Mínimo de 22 Cm; Altura Mínima de 3 Cm; Tipo Fundo; Na Cor Azul;	Unidade	2.000
44	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40)cm; Com Picote; Suportando Até 3kg; Com Espessura de 0,02micras; Transparente;	Rolo 500 Unidades	150
45	Escumadeira; de Aço Inox; Medindo No Mínimo (diam.16xcabo50)cm; Espessura Mínima de (5)mm; Com Cabo Em Aço Inox; Sem Decoração;	Unidade	50
46	Assadeira; de Alumínio Lisa, para Pão Doce, e Outros Alimentos de Formo; Medindo No Mínimo (70,0 x 58,0)cm (cxl); Altura Máxima de 3,0cm; Com Espessura Mínima de (1,5mm); Sem Alça; Sem Tampa;	UNIDADE	50
47	Vassoura; Uso Doméstica, com Base de 30 Cm; Propriedades Mínimas: cepa Em Polipropileno; Com Cerdas de Nylon; Tipo Lisa; Cabo de Madeira, medindo 120 Cm; Gancho de Plástico; Rosca Em Plástico;	Unidade	480
48	Rodo; Com Cepa de Polipropileno; Cepa Medindo 40cm; Borracha: Em Eva; Dupla; Com Espessura 8,0mm (+/-0,05mm); Cabo de Madeira Revestido de Polipropileno; 120cm, com Rosca; Rosca Em Polipropileno;	Unidade	180
49	Refresqueira; Em Aço Inox, Base Pingadeira Em Plástico Atóxico; Modelo Comercial, Com 01 Cuba Em Pet, Com Pa Agitadora, Com Interruptor Liga/desliga e Torneira; Com Capacidade para 16 Litros; Voltagem 220v; Embalagem Adequada, Garantia Mínima de 12 Meses a Partir Da Data de Entrega do Produto;	UNIDADE	3
50	Caixa Térmica Industrial; Em Polietileno Linear Com Injeção Interna Poliuretano, Rotomoldagem, Que Garanta o Potencial Térmico; Com Capacidade Mínima para <b>80 Litros</b> ; Medindo No Mínimo Dimensão Externa: (825x640x400)mm; Borda Reforçada Com No Mínimo Parede Dupla; Polietileno, Dimensão Interna: (605x480x215)mm; No Formato Retangular; Tampa Com Perfeito Encaixe Com Fecho de Aço Inoxidável; para Transporte e Armazenamento de Cubas Gastronômica, Bandejas e Marmitas; Na Cor Azul;	Unidade	15
51	Bancada Sem Cuba; Em Aço Inox Tipo Aisi -304, Liga 18/8, Tampo Superior Chapa de 1 Mm de Espessura, Espelho Frontal 100mm; Medindo Tamanho 2100 x 700 x 850 Mm, (comprimento x Largura x Altura); Com Espessura de 1 Mm; Na Cor Inox, Polimento Fosco Acetinado; Reforços Em Todo o Perímetro Em Perfis U, Pes Tubulares 38 Mm, Sapatas Regulares e Anti-derrapante; Prateleira Inferior Lisa Perfurada Com Reforços Em Perfis U;	Unidade	6
52	Cobertor; Solteiro; Microfibras; Composto de 100% Poliéster; Antialérgico; Pesando No Mínimo 300g/m2, toque Super Macio, leve Confortável, ideal para Todas As Estações de Ano; Dupla Face; Medindo ( Lxc) Mínima de (1,50 x 2,20)m; Na Cor Marrom; Liso; Costurado Nas Quatro Extremidades; Resistente a Lavagem Em Processo Industrial; Etiqueta de Acordo Com a Resolução Da Conmetro N. 02/2008;	Unidade	600

8.1.2. O objeto da contratação em apreço caracteriza-se aquisição comum, podendo ser definido com especificações reconhecidas no mercado.

8.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. O objeto não será parcelado.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a aquisição dos materiais deste processo por não necessitarem de outros itens para seu funcionamento.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 Esta contratação depende do alinhamento com o Plano de Contratação Anual (PCA), instrumento de planejamento estratégico que visa organizar e programar as contratações de bens, serviços, obras, previsto na Lei 14.133/2021 e o Decreto nº 10.947/2022 que regulamenta a elaboração e a divulgação do PCA.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 Com a referida licitação, objetiva-se proporcionar a aquisição de utensílios destinados ao manuseio, manipulação, fabricação e produção de refeições destinadas aos sentenciados e servidores que atuam no Complexo Penal de Marília.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 Para a referida contratação, as providências a serem adotadas são a disponibilização de um espaço no depósito localizado no setor de almoxarifado para o armazenamento e estoque dos itens adquiridos.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1 A aquisição dos itens, observará a descrição detalhada do catálogo de compras Federal, sendo que deverão atender as normas legais vigentes atinentes aos itens e suas especificações, tanto em sua produção, transporte e armazenamento.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A demanda é de extrema necessidade para a realização do trabalho, produção e manuseio dos alimentos destinados as refeições disponibilizadas aos sentenciados e servidores do Complexo Penal de Marília.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ITAMAR FLAVIO ALVES DE ALMEIDA**

Pregoeiro



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 14:12:04.*

**ROSIANE NUNES BELUSI**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 16:31:04.*



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO – 2026NE00xxx

UG	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO				
Data de Emissão	__/__/__				
CNPJ/CPF/UG	XXXXXXXXXX-XX				
Credor	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Endereço	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Cidade	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	UF	XX	CEP	XXXXX-XXX
Origem Material	1				

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	38004	XXXXXXX	150010001	33903xxxx	380013	XXXXXX	XXXX

No Processo	XXXXXXXXXXXX	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI FED. Nº 10.520		
Licitação	07 - PREGAO	Modalidade	3 - ESTIMATIVO		
Empenho Orig.		Nº Contrato	2024CT0000x	Nº OC	
Valor do Empenho R\$	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

Cronograma											
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Mês	Valor								
Mês	Valor										

Sequência	001	Item	XXXXXXXX	Unid. Forn.	XXXXXXXX
Quan8dade	XXX	Valor Unitário	XX,XX	Preço Total	XX,XXX





## RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

**Parágrafo único** - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

**Artigo 3º** - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

**§ 2º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

**§ 3º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 4º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

**1.** a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

**2.** a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

**3.** a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

**4.** a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

**5.** a reincidência na infração;

**6.** a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

- 1.** a falha escusável do licitante ou contratado;
- 2.** a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
- 3.** a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
- 4.** a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **CAPÍTULO II DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 5º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

### **Seção II – Da Multa**

**Artigo 6º** - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 7º** - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

- I** - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;
- II** - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;
- III** - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

**Artigo 8º** - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

**I** - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

**II** - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

**I** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

**a)** 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**b)** 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

**c)** Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

**II** - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

**III** - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

**Parágrafo único** – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

**Artigo 11** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 12** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

**Artigo 13** - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

**Parágrafo único** - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

**Artigo 14** - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

**Artigo 15** - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

**Artigo 16** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### **Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 17** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da

LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

- I** - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;
- II** - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;
- III** - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;
- IV** - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

**Parágrafo único** – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

#### **Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade**

**Artigo 18** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

### **CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO**

**Artigo 19** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de

descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

**Artigo 20** - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo único** – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

**Artigo 21** - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

**Artigo 22** - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.



**Artigo 23** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 24** - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

**Artigo 25** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

**Artigo 26** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

**Artigo 27** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo único** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**Artigo 28** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o "caput" deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 29** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 30** - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

**I** - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

**II** - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**III** - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 31** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 32** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 33** - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 34** - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

**Artigo 35** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.



**ANEXO IV**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA  
(em timbre da empresa)**

**PROCESSO SEI Nº 006.XXXXXXXXXX**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900XXX/2026-PMAR**

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026

**OBJETO:** Aquisição de ..... para o  
Complexo Penal de Marília.

ITEM	MATERIAL	MARCA	FABRICANTE	UNID. FORN.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01						
02						
03						
04						

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias;
- A planilha de proposta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, endereço, contato telefônico e com assinatura do representante.



ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO  
(Papel timbrado da Empresa)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 900XX/2026, Processo nº 006.XXXXXXXXXX**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

---

(Nome/assinatura do representante legal)